



DEZEMBRO 2016

O jovem e a educação política: aperfeiçoando análises

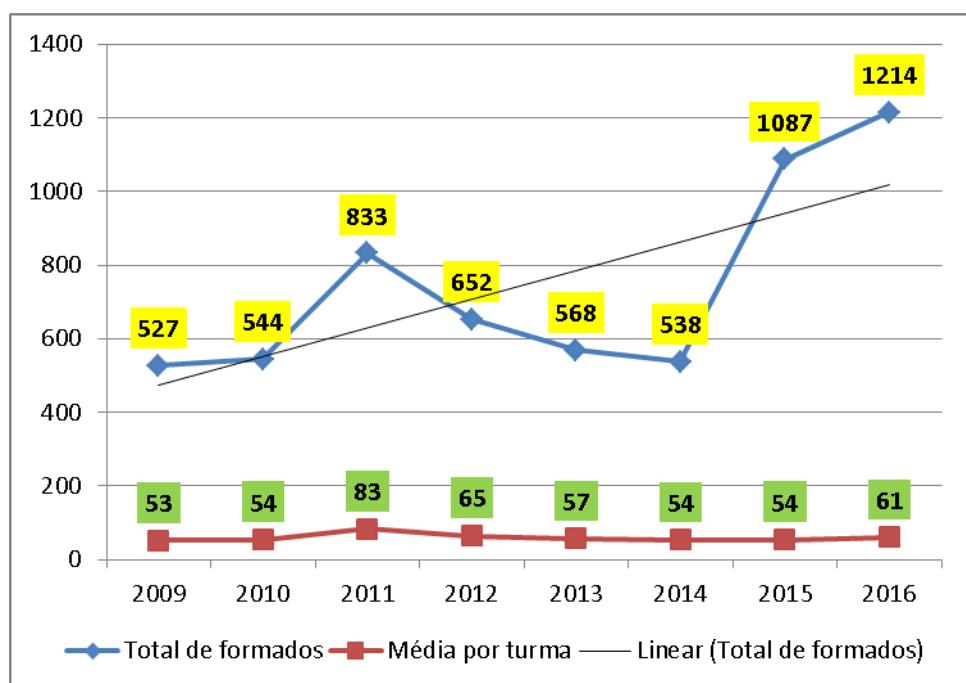
Uma experiência piloto no final de 2008 deu início a uma série de cursos de Iniciação Política realizados pela Fundação Konrad Adenauer nas periferias de São Paulo. Atrelados à missão da organização, as atividades desenvolvidas com base na ética suprapartidária têm por objetivo reforçar aspectos da democracia. O objetivo dessa edição de Brasil em Foco é analisar os resultados colhidos nos 20 cursos realizados em 2016, dando sequência a um conjunto de análises anuais publicados aqui desde 2013.

Em termos históricos é importante destacar que entre 2009 e 2014 foram realizados, anualmente, 10 edições dos cursos. Em “2009 e 2010 foram atendidos, em geral, cidadãos interessados em política numa parceria com os Centros de Integração da Cidadania da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo” (Brasil em Foco, 2015). Em “2011 e 2012 as atividades foram realizadas em escolas públicas, priorizando o Ensino Médio” (idem). Entre 2013 e 2014 o foco foi voltado às organizações do terceiro setor e/ou projetos sociais que atendem jovens estudantes do ensino médio. A partir de 2015 manteve-se a atenção às parcerias com os projetos sociais, bem como foi consolidado o apporte extraordinário de uma empresa do setor financeiro que permitiu que anualmente, também em 2016, o total de turmas chegassem a 20. Assim, entre 2008 e 2016 o projeto formou 101 turmas.

O gráfico 1 é capaz de mostrar o contingente anual, a partir de 2009, de participantes que assistiram a pelo menos dois dos três encontros das atividades e são considerados como formados, assim como uma média anual de alunos por turma. Esse segundo número, mantido constante no triênio 2013 a 2015, cresceu discretamente em 2016 e ultrapassou a média de 60 alunos por turma, destacando aqui um desvio padrão expressivo que separa extremos de 269 a 10 alunos por grupo formado nos mais diferentes parceiros que serão apresentados e descritos adiante.



Gráfico 1 – Total de formados por ano e média de alunos por turma – 2009 a 2016



Ao todo, 5.963 cidadãos concluíram as atividades nesses últimos oito anos. Em 2016 houve aumento de 11,7% de formandos em relação ao ano anterior, e o volume de concluintes representa pouco mais de 20% do contingente total de todo o período. As análises dos resultados de 2015 mostravam que o curso havia atingido uma maturidade no que diz respeito ao seu público-alvo, alocado em organizações mais bem estruturadas do que as escolas públicas e dependendo menos de contatos políticos em organismos estatais que, por vezes, se mostraram instáveis. Nesse ano reafirma-se tal posição e reforça-se a ideia de que o público de estudantes de terceiro ano do ensino médio parece representar o ambiente ideal para o desenvolvimento das atividades, a despeito de exceções como a Guarda Mirim de Suzano – onde jovens têm entre 15 e 16 anos e o curso flui extremamente bem. Mesmo em escolas públicas, atingidas por meio de projetos sociais, os estudantes de 16 a 18 anos são, efetivamente, os mais seduzidos pelas ações.

Assim, a exemplo do que ocorre desde 2013, um dos grandes objetivos iniciais das atividades de educação política desenvolvidas foi formar uma rede de organizações para a realização dos cursos. Avaliar parcerias consolidadas, deixar de atender algumas organizações, reforçar ou redimensionar outras e formular novos



contatos. Essa demanda se mostrou, mais uma vez, trabalhosa e foi cumprida atendendo ao objetivo de formação das 20 turmas. Assim, em 2016, a exemplo de 2015, 10 instituições foram atendidas das seguintes maneiras:

Instituto Eurofarma – duas turmas, no período da tarde, com alunos dos cursos preparatórios do ENEM;

Guarda Mirim de Suzano – duas turmas com alunos que frequentam a instituição no período da manhã – projeto de Jovens Aprendizes;

Projeto Redigir – duas turmas de alunos aos sábados pela manhã, atendendo projeto social de extensão desenvolvido por estudantes de comunicação da USP;

Liga Solidária – três turmas, sendo uma matutina, uma vespertina e uma noturna, com alunos de cursos profissionalizantes;

Fundação Julita - três turmas, sendo uma matutina, uma vespertina e uma noturna, no primeiro semestre, com alunos de cursos profissionalizantes;

Unicef- Escola Estadual João Solimeo - duas turmas com alunos do ensino médio;

Unicef-CEU Navegantes - uma turma mesclando alunos do ensino médio e do EJA – Educação de Jovens e Adultos.

IOS - uma turma com alunos que frequentam a instituição à noite em projetos de profissionalização;

Projeto Crescer Sempre – uma turma com jovens do terceiro ano do ensino médio de escola para jovens de comunidade paulistana custeada como ação de responsabilidade social empresarial;

Escola Estadual Prof. Renato Braga – três turmas com alunos do ensino médio, onde uma professora do Instituto Eurofarma leciona.

Diante dos números apresentados e das informações apontadas, o intuito desse texto é compreender o que pensam os jovens dos cursos de 2016 sobre política – a exemplo de trabalhos realizados sob os mesmos moldes desde 2013. Que contato esses estudantes têm com informações políticas, com os partidos e com princípios democráticos gerais? Compreender tal universo contribui para a percepção que a nova geração de eleitores tem sobre nossa democracia. Os resultados serão, sempre que possível, comparados aos números colhidos em anos anteriores. Ademais, nesse trabalho o volume de questionários é semelhante àquele de 2015, com um advento positivo traçado como objetivo no último texto sobre esse tema (2015). A partir desse ano os formulários inicial e final da atividade foram emparelhados, ou seja, é possível analisar o que um aluno pensava no começo do curso e o que esse mesmo cidadão pensava ao término da ação. Em 2015, um questionário de entrada e outro de saída eram preenchidos sem qualquer vinculação, ou seja, as análises eram feitas com base em percepções gerais



da turma, e não com base no que pensa um mesmo aluno, analisado conjuntamente.

Características gerais

A conquista do emparelhamento fez com que apenas fossem tabulados questionários de entrada e saída plenamente preenchidos. Isso significa dizer que apenas alunos que efetivamente completaram o curso – pelo menos duas presenças em três encontros – e estiveram presentes, ao menos, no primeiro e no terceiro dia fossem ouvidos. Se em 2015 foram tabulados 1.050 formulários de entrada e 987 de saída, nesse ano foram totalizados 1.264 formulários plenamente preenchidos. Aqui um primeiro problema: o total supera em 50 alunos o total de formados. Se 1.264 jovens estiveram na primeira e na terceira aula eles deveriam ter concluído o curso, o que mostra que para o próximo ano parece necessário reforçar a necessidade de os participantes assinarem as listas de presença, o que já é amplamente dito em todas as aulas.

As características principais dos alunos são as seguintes: 42% de homens e 58% de mulheres, rigorosamente o mesmo resultado colhido em 2015. A média de idade é de 20 anos, impactada pelas turmas de EJA e alguns projetos sociais que têm alunos mais velhos, com destaque para o Projeto Redigir e o CEU Navegantes. Ao todo, no entanto, pouco mais de dois terços dos alunos têm idades entre 15 e 18 anos, consideradas ideais pelo projeto. Em relação à escolaridade, mais de 82% dos alunos estavam cursando o Ensino Médio. Diante de tais questões, nesse estudo, a exemplo dos outros anos, optamos por analisar apenas os jovens de 15 a 18 anos. Chega-se a um total de 851 questionários, e:

Gênero – 56% de mulheres na entrada e na saída, com 44% de homens;

Idade – 16 anos de idade média nos dois grupos;

Escalaridade – 94% dos jovens cursando o ensino médio.

Diante de uma homogeneidade maior, torna-se mais razoável tecer comparações e buscar conhecer possíveis impactos do curso sobre o pensamento político desses jovens estudantes.

Informação política

A primeira questão está associada ao gosto pela política. Na entrada, 16% dos respondentes afirmaram gostar de política, enquanto 82% afirmam não gostar, mas reconhecem sua importância – os demais não gostam e entendem que ela não serve para nada, ou não responderam a questão. Na saída o total de respondentes que afirmou gostar de política subiu para 23% - resultados próximos àqueles de 2015. Tendo em vista o emparelhamento dos questionários de entrada e saída, tais percepções mostram que o curso aportou algo positivo no gosto dos jovens por política. Uma atividade simples, composta por apenas três encontros,



fez com que a declaração de gosto pela temática central crescesse mais de 40%, saltando de 16 para 22 pontos percentuais, ou seja, mais de um quinto dos alunos afirma gostar o tema.

O desafio seguinte da pesquisa estava associado a uma tentativa de entender como os jovens buscam informações políticas em seu cotidiano. Por meio de uma lista de fontes os respondentes podiam marcar quantas opções fossem condizentes com suas respectivas realidades. A Tabela 1 torna possível verificar o nível de adesão a cada um dos canais descritos nos questionários. Os anos de 2013 a 2015 tinham alternativas idênticas, o mesmo não ocorrendo entre 2011 e 2012. Em 2016, o termo “jornais” foi substituído por “jornais impressos” e dadas duas diferentes opções: gratuitos e pagos. O que houve, nesse caso, foi uma queda assombrosa no percentual de adesão ao instrumento “jornal”, o que pode ser explicado pelo fato de o termo, na percepção do jovem, também estar associado aos telejornais. Ainda assim é possível tecer um quadro comparativo entre os anos, verificando tendências relevantes em torno do comportamento dos participantes dos cursos de Iniciação Política.

Tabela 1 – Meios de comunicação utilizados para a obtenção de informações políticas

Canais	2016 S	2016 E	2015 S	2015 E	2014	2013	2012	2011
Televisão	87,19%	87,07%	92,21%	92,36%	88,37%	90,00%	93,02%	93,59%
Cursos e palestras	40,31%	23,97%	47,68%	28,51%	58,68%	56,88%		
Sites	57,81%	49,47%	61,34%	48,98%	52,95%	53,75%	57,92%	Internet
Jornais (impressos)			52,87%	39,43%	48,12%	48,75%	57,07%	57,85%
- Gráuitos	15,04%	11,63%						
- Pagos	5,76%	5,05%						
Redes Sociais	58,64%	54,64%	64,21%	53,21%	43,65%	40,63%	43,95%	
Conversas	39,13%	34,78%	34,29%	32,88%	30,23%	25,00%	28,79%	18,27%
Escola – aulas	39,01%	38,43%	47,95%	42,16%	29,34%	33,13%		
Rádio	21,03%	15,51%	28,69%	19,24%	19,14%	23,75%	31,35%	45,03%
Revistas	13,40%	12,10%	19,54%	10,78%	18,60%	25,00%	30,83%	33,33%

O primeiro desafio da análise dos dados do quadro está associado ao cálculo de uma média das fontes apontadas. Isso porque quanto mais alto for o resultado, maior a busca por diversidade de canais de informações. Ademais, um acréscimo na média pode representar uma elevação do interesse ou um reconhecimento mais claro em relação ao que se “consume” em termos de informação. No início das atividades a média dos canais utilizados é de 30,6%, e no final há um aumento para 34,9% - um acréscimo de 4,3 pontos, ou uma expansão superior a 14%. A principal expansão está associada aos “cursos e palestras”, em claro sinal



de reconhecimento à atividade desenvolvida. Mas é importante salientar que todos os meios apresentados, mesmo que discretamente, variam positivamente.

Individualmente, e em relação aos anos anteriores, chama a atenção uma redução do espaço ocupado pela televisão. Em um ano político extremamente conturbado isso pode indicar fadiga, pois com exceção feita às conversas, os meios em geral perderam espaço quando comparamos os questionários de saída de 2015 com o mesmo conjunto de 2016. A despeito de tal aspecto, chama atenção a manutenção de altos índices de busca de informação por meio das redes sociais e dos sites, em detrimento de canais tradicionais, bem como o peso dos jornais impressos gratuitos em relação aos jornais pagos, por menor que seja a adesão a tais instrumentos.

Aspectos políticos em geral na realidade do aluno

Para além da questão sobre o gosto pela política, quatro outras perguntas estão associadas, nos questionários de entrada e de saída, ao interesse pelo assunto. Na primeira o objetivo é compreender a relação do jovem com o voto, na segunda com o título de eleitor, na terceira com a possibilidade de participação formal em questões associadas à democracia representativa e na quarta com a experiência como eleitor.

Sobre o que pensa acerca do voto, na entrada cerca de 70% dos jovens o entendiam como um direito, 19% como uma obrigação e 10% não tinham opinião sobre essa indagação. Na saída, a questão do direito, bastante enfatizada no curso, sobe para 75%, a obrigação oscila discretamente para 17% e aqueles não tinham opinião registram 7%, algo positivo para os propósitos das atividades de educação – os resultados não guardam muitas diferenças quando comparados a 2015. Na questão acerca do título de eleitor, os indicadores mostram que 55% obtiveram ou obterão o documento com menos de 18 anos, enquanto aproximadamente 45% o farão apenas com 18 anos – a partir do instante em que tal ação é obrigatória. Isso mostra um interesse muito superior ao percentual de jovens que efetivamente têm o título com menos de 18 anos no Brasil, mas tal fenômeno pode apenas marcar a distância entre afirmar a procura numa pesquisa e efetivar essa busca. Assim, nesse segundo caso, o impacto do curso parece baixo, e os resultados são semelhantes àqueles de 2015.

Sobre as eleições em termos futuros, inicialmente 86% dos jovens afirmam que sempre serão eleitores, mas 4% afirmam que podem se filiar a partidos e 7% que podem até se candidatarem. Esses percentuais aumentam na saída: para 7% no caso dos partidos e 11% no que diz respeito às candidaturas, sugerindo que em contato com conteúdos formais da política (cursos) os jovens parecem se afinar mais com possibilidades ativas. Por fim, nesse bloco de perguntas, a questão associada à participação eleitoral mostrou que cerca de dois terços dos jovens não havia votado e tampouco votariam esse ano – lembrando que as 20 turmas foram realizadas antes das eleições -, e um terço nunca havia votado, mas votaria em 2016. O percentual de jovens que já haviam votado anteriormente era mínimo: 2%, e entre os jovens de 18 anos, onde isso era realmente possível de ocorrer, o percentual era de 10%. Isso representa dizer que o curso dialogou com jovens



que, faz dois anos, se mostraram extremamente desinteressados pela obtenção do título de eleitor com 16 anos e possibilidade real de participarem das eleições de 2014. A ação desinteressada de outrora (2014) não parece combinar com o interesse demonstrado pela política nas pesquisas aqui realizadas (cursos de 2016), restando entender qual o peso da formação, do instante atual do país, do amadurecimento trazido por dois anos de vida e por falhas ou fragilidades dos questionários enquanto instrumentos capazes de coletar percepções efetivas sobre a política.

Seguindo na pesquisa, apenas no formulário de entrada uma pergunta sobre grêmios estudantis tinha como objetivo medir o grau de envolvimento dos estudantes com esse tipo de associação, considerada uma das portas de entrada dos jovens num universo mais politizado. Importante destacar que 15% dos jovens afirmaram não existir esse tipo de organização em suas escolas, contra 27% em 2015. O avanço dos grêmios pode ter relação direta com leis que passaram a exigir a constituição de tais entidades escolares. O problema é compreender o quanto os jovens estão, de fato, envolvidos e interessados, e o quanto as respostas não demonstram, no caso de não existência, apenas falta aguda de interesse ou ausência de conhecimento acerca desse aspecto da realidade escolar. Assim, diretamente envolvidos apenas 10% dos jovens, praticamente o dobro do último ano. Outros 16% se declaram desinteressados, mas sabem da existência do organismo, e 60% dos alunos afirmam que apesar de entenderem a iniciativa como relevante não têm envolvimento com a associação. Os resultados, aqui e a despeito do curso, mostraram evolução importante em um ano.

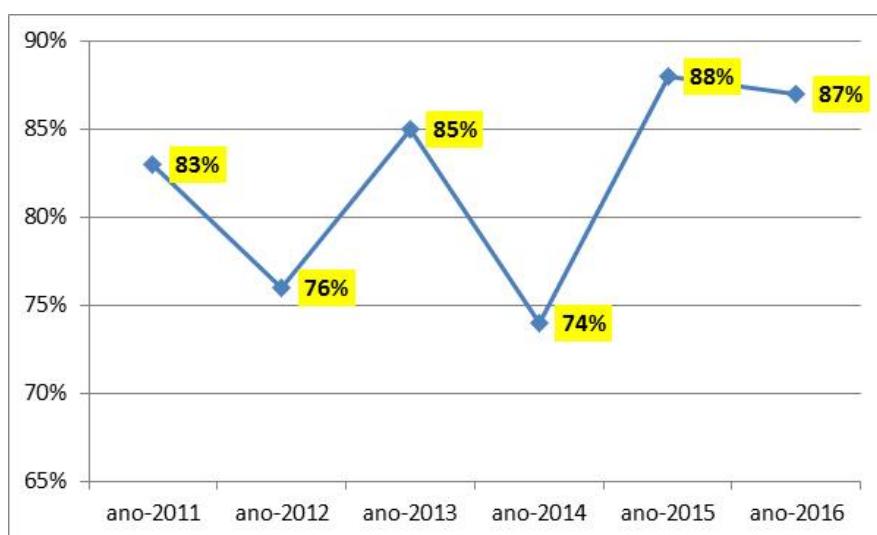
Ainda em relação a aspectos políticos e como uma novidade em relação às pesquisas anteriores, os questionários traziam uma lista de atribuições reais e supostas funções das Câmaras Municipais, e pedia que o jovem assinalasse o que era função do parlamento local. Fazer leis (72% na entrada e 79% na saída) foi a função mais marcada. Em seguida, a lógica de fiscalizar o Poder Executivo, com 50% na entrada e um expressivo crescimento ao término, atingindo 69%. Ambos os resultados são bem vistos pelos objetivos do curso. A despeito de tal visão sobre o trabalho do parlamento local, alguns pontos adicionais chamam a atenção negativamente. Na entrada 38% indicaram que a Câmara deve fazer "favores aos cidadãos", e tal índice cai para 27% na saída. O movimento é positivo, mas a intensidade dos que se mantêm firmes nessa percepção preocupa bastante. Defender interesses de empresas (9% na entrada e 6% na saída) e realizar festas e eventos comemorativos (10% na entrada e 8% na saída) são aspectos que preocupam, mas que mantêm dimensões acanhadas em relação aos demais fenômenos. De positivo, por fim, o fato de que inicialmente 11% afirmaram não saber o que faz uma Câmara Municipal e esse contingente cair para 4% ao término do curso.

Na sequência do questionário, a exemplo dos anos anteriores, o objetivo era compreender a relação dos alunos com os partidos políticos. Pesquisas de opinião pública mostram histórico e crescente distanciamento dos cidadãos em relação às legendas. O gráfico 2, atualizado em relação ao trabalho de 2015, traz algo curioso que foi rompido. Existia uma oscilação de simpatia aos partidos políticos que respeitava a seguinte lógica: em anos pares os alunos simpatizavam mais com alguma legenda, e em anos ímpares o distanciamento aumentava. Em 2016, a aguda crise de legitimidade política e a redução no tempo de campanha, com



candidatos se colocando à margem da política, podem ser utilizados como argumentos hipotéticos para o fato de que não se reverteu de forma expressiva (na mesma intensidade) o cenário conjuntural de antipatia às legendas. Assim, a queda foi muito menor e pode sugerir que o novo modelo de campanha, muito mais discreto, afastou o interesse ou a adesão dos jovens, mesmo que momentânea, a esse tipo de organização. Isso também mostra que entre 2013 e 2015 o interesse pelos partidos atendia a uma característica sazonal, ou seja, as organizações partidárias precisam estabelecer ações assíduas em seus contatos com os cidadãos, pois parecem agrigar simpatizantes apenas em anos eleitorais.

Gráfico 2 – Percentual de jovens que NÃO simpatizam com qualquer partido – 2011 a 2015



Em contrapartida ao desinteresse registrado no Gráfico 2, pouco mais de um décimo dos jovens simpatiza com algum partido político, não havendo grande diferença entre a entrada e a saída. O PT canaliza com maior força o gosto daqueles que indicam uma legenda. Cerca de metade dos jovens que citam uma sigla aponta para os Trabalhadores, lembrando que o resultado é idêntico ao de 2015, mas em 2014 esse índice ultrapassava 60%. Destaque para o fato de os cursos serem realizados em cidades da Grande São Paulo e regiões da periferia da capital onde os índices de vulnerabilidade social são bastante acentuados, redutos bastante tradicionais do PT. PSDB, PSOL e PV registraram algo próximo de 8% cada um, sendo que os dois primeiros perderam espaço em relação a 2015, quando tinham o dobro de seus percentuais. Tal resultado poderia sugerir, mesmo que muito discretamente, que a vitória tucana na capital está muito mais associada a um discurso de afastamento do candidato em relação à política do que a uma adesão ao partido.

Na questão posterior os estudantes podiam apontar até três utilizações que darão ao conteúdo assimilado no curso. Seguindo o exemplo de anos anteriores, a alternativa que mais se destacou foi aquela associada ao uso “como eleitor”: 87%. Em seguida se destaca o uso em conversas e debates: 61%. Aspectos estudantis como “no ensino médio” (40%), no ENEM e nos vestibulares (38%) e na faculdade (11%) merecem atenção, sobretudo porque esse terceiro ponto caiu para um terço do que havia sido registrado em 2015, o que pode ser um sintoma da crise



econômica que vive o país, com um arrefecimento da expectativa de o jovem cursar o ensino superior. Merece destaque ainda o quesito “como profissional” (35%) em padrão superior ao registrado em 2015, o que também pode reforçar aspectos da crise: o jovem terá que buscar colocação no mercado, ao invés de se dedicar ao ensino superior e a despeito de um aspecto não excluir, necessariamente, o outro.

Percepções sobre o impacto da educação política

Nessa etapa do formulário de avaliação final, que tinha como intuito avaliar o curso, o conteúdo e os docentes, seis sentenças comparáveis com as edições dos anos anteriores – até 2015 eram oito - foram apresentadas, podendo o aluno escolher como se posicionar em relação a cada uma delas: concordo totalmente, concordo em partes, discordo em partes e discordo totalmente. Na tabulação cada resposta recebeu uma pontuação diferente entre 0 e 3, sendo o valor maior atribuído à concordância plena. Assim, quando calculada a média das respostas e dividido o valor final por três, chegamos ao percentual de concordância com aquela dada sentença. No Gráfico 3 aparecem as frases resumidas e os percentuais de concordância correspondentes aos seis anos de cursos realizados com jovens.

Em 2016, os resultados mostram altos graus de adesão, todos superiores a 75%. Se considerarmos que entre 0% e 25% temos que o aluno discorda totalmente, entre 25% e 50% discorda em partes, entre 50% e 75% concorda em partes e entre 75% e 100% concorda em totalmente, é possível afirmar que os resultados são bastante positivos, tendo em vista o teor das sentenças. Na casa superior aos 80 pontos percentuais temos que o curso mudou a forma de o aluno entender a política (82%) – resultado muito semelhante àqueles colhidos entre 2012 e 2015. Também foi possível verificar que os professores do curso são avaliados como neutros em termos partidários (87,8%), resultado que supera muito discretamente aquele colhido em 2015, mas um pouco aquém dos 90% desejados como resultado mínimo. Por fim, ainda na casa dos 80 pontos, a compreensão de que as dinâmicas realizadas em sala ajudam na compreensão (88,3%), em valor inferior àqueles dos dois últimos anos, o que faz com que sejam planejadas alterações para elevar essa percepção, com novos exercícios sendo pensados para as edições de 2017.

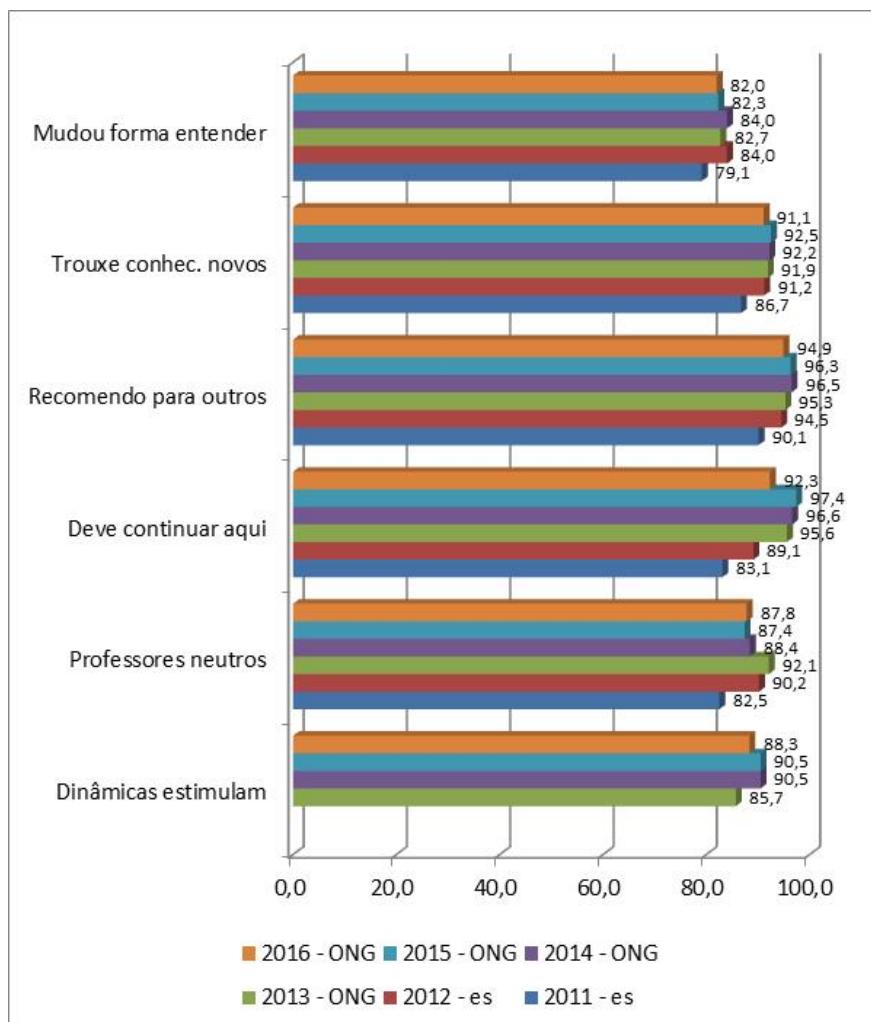
As outras três sentenças superam a casa dos 90 pontos, sendo a primeira aquela em que os alunos concordam que o curso trouxe muitos conhecimentos novos (91,1%), algo bastante positivo. A seguir, o sentimento de que o curso deve continuar sendo oferecido no local onde é realizado (92,3%). Esse valor interrompe uma sucessão de resultados que desde 2013 superavam 95%, mas ainda assim é impossível afirmar que não se trata de uma boa marca para a atividade. Por fim, a média de recomendação do curso atingiu o mais expressivo grau de concordância com 94,9%, mantendo intacta a capacidade de a ação superar 90 pontos nesse quesito desde o início das medições com jovens. Ou seja: o jovem reconhece a importância da atividade, fortalecendo a ideia de ações de educação política desenvolvidas.

**BRASIL****EM FOCO**

DEZEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

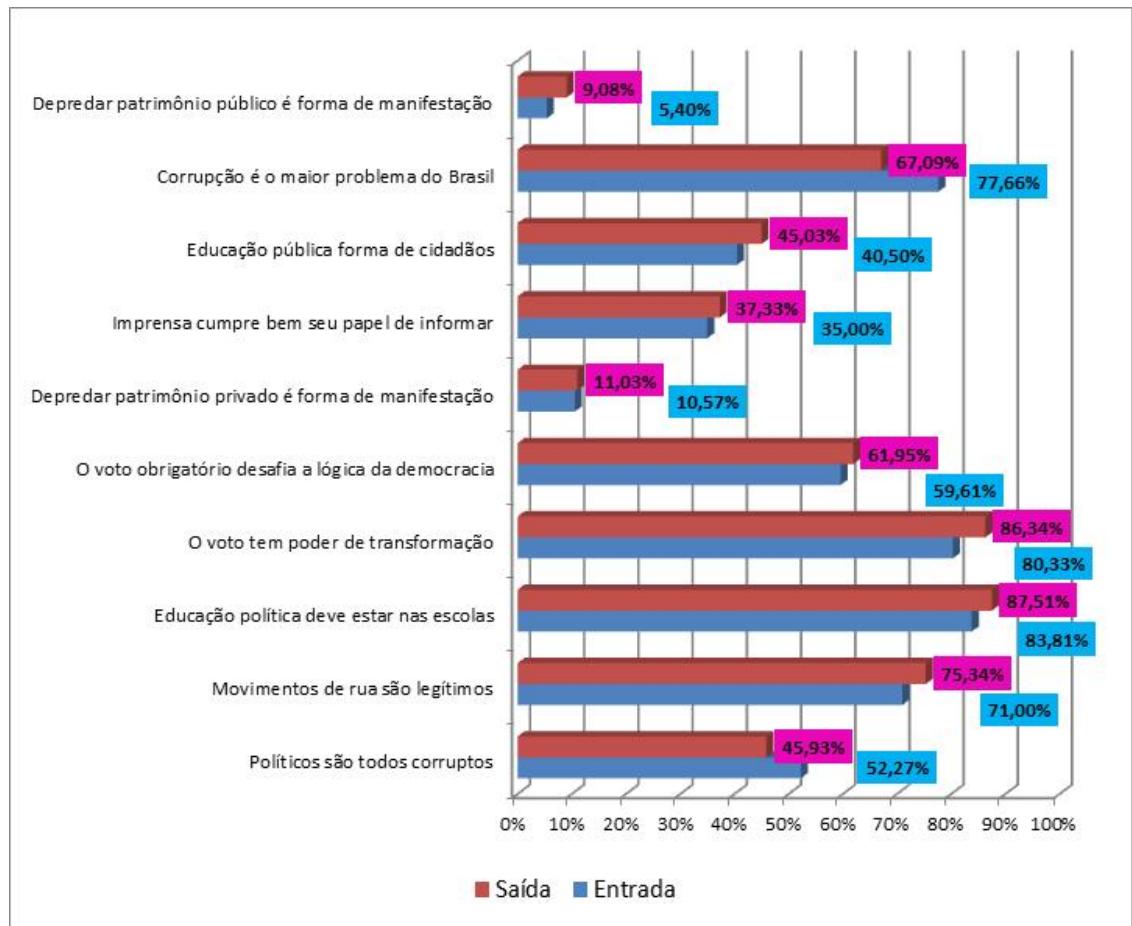
Outras duas sentenças, que não eram apresentadas nos anos anteriores, obtiveram os seguintes resultados: professores dominam o conteúdo ministrado (83%) e professores explicam bem o conteúdo (87,4%). Os dois resultados são satisfatórios, mas merecem mais atenção em atividades vindouras.

Gráfico 3 – Grau de concordância com sentenças associadas ao curso – 2011 a 2015**Percepções sobre a política**

Até 2015, no questionário de entrada existiam oito sentenças, repetidas no questionário final, que possuía outras oito, num total de 16 afirmações que tinham por objetivo testar percepções acerca de questões políticas em geral. Em 2016 esse total de sentenças em comum passou para dez, e a partir do Gráfico 4 é possível comparar os resultados da percepção dos alunos no ingresso e na saída do curso. As afirmações exclusivas do questionário final se restringiram a apenas duas.



Gráfico 4 – Percepções antes e depois do curso – sentenças em comum - 2015



Duas sentenças têm graus de concordância que se aproximam do pleno, e oferecem uma percepção bastante positiva para o curso e, principalmente, para os valores políticos dos jovens participantes. Sobe de 84% para 88% a concordância com o fato de que a educação política deve estar presente nas escolas, reforçando pesquisas realizadas nos últimos anos no Brasil e repetindo o resultado de 2015, o que mostra o descolamento entre parcelas da sociedade que são contrárias a conteúdos dessa natureza na formação dos alunos e seus próprios desejos. Interessante notar que o avanço de quatro pontos percentuais entre a entrada e a saída – ou 5% - é pequeno e mostra que o jovem já carrega para o curso, já traz consigo, o desejo de entender mais sobre o assunto. E isso é essencial para o avanço da democracia, desde que obviamente conteúdos dessa natureza venham associados à ideia de uma ética suprapartidária. O outro ponto é igualmente positivo: sobe de 80% para 86% a percepção de que o voto tem poder de transformação, e diante da crise de representatividade que vivemos isso deve ser valorizado como algo que ainda está presente nos jovens. Nesse caso, os valores estão próximos daqueles colhidos em 2015.



Superando 50 pontos percentuais, e portando no campo da concordância parcial, mais três sentenças. A primeira mostra que há decréscimo na percepção de que a corrupção é o maior de todos os problemas do país – variando de 78% para 67%, e repetindo movimento de 2015. Tal fenômeno pode ser resultado de leituras mais complexas da política, mas não há nenhum discurso dirigido no curso para atenuar o peso da corrupção em nossa realidade. A sentença seguinte mostra que aumenta de 71% para 75% a percepção de que movimentos de rua são legítimos, o que pode representar a reafirmação de um instrumento importante e tradicional das democracias em geral. Por fim, varia de 60% para 62% a percepção de que o voto obrigatório desafia a democracia, repetindo 2015 e contrariando a ideia transmitida no curso de que obrigatoriedades construídas sob pactos coletivos não deslegitimam valores da democracia, mas obviamente podem ser mudados. O jovem não percebe assim. Em tese, um pouco mais politizado, adensa discretamente sua contrariedade ao caráter compulsório da participação.

Com resultados rondando 50 pontos ou abaixo disso, numa lógica de discordância parcial, é possível localizar mais três sentenças. A primeira aponta queda de 52% para 46% na percepção de que todos os políticos são corruptos, o que indica certa lógica positiva ao sugerir que os jovens acreditaram na idoneidade de alguns representantes – em 2015 o movimento foi idêntico. Em seguida, temos o aumento de 41% para 45% na percepção de que as escolas públicas estão preocupadas com a formação de cidadãos. O resultado, apesar de crescente, é extremamente preocupante pelo baixo índice colhido em algo tão essencial. Ademais, varia positiva e discretamente a percepção de que a imprensa cumpre bem seu papel de informar, de 35% para 37%, o que é bastante preocupante para os padrões desejados de qualidade. As pautas mais ácidas, cujo posicionamento ideológico parece cada dia mais claro e, por vezes agressivo, estaria sendo percebido de forma negativa pelos jovens? Essa é apenas uma possível hipótese entre tantas outras, para a compreensão desse resultado.

Por fim, com índices muito reduzidos de percepção, a discordância plena com a depredação dos patrimônios público e privado como ação legítima de manifestação. No primeiro caso há uma inesperada ascensão de 5% para 9%, e no segundo há estabilidade em 11%. Por mais que a percepção seja baixa, ainda assim existe quem concorde com o gesto, o que é preocupante para os valores defendidos no curso.

Outras duas sentenças apareciam apenas no questionário final do curso e tiveram os seguintes resultados: chega a 69% o grau de concordância com a ideia de que a justiça privilegia os mais ricos, e em 60% a percepção de que a política está distante dos jovens. Essa combinação, numa atividade de educação política destinada a estudantes de escolas públicas das periferias de São Paulo reproduz quadro bastante preocupante.

Conclusão

Diante dos resultados apresentados, a Konrad Adenauer e a empresa patrocinadora das atividades tendem a continuar formas nas atividades para 2017, com possibilidade de expansão do total de turmas. Ademais, a escola do parlamento

**BRASIL****EM FOCO**

DEZEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

da cidade de Itapevi, na Grande São Paulo, realizou experiência piloto esse ano formando seis turmas em ações abertas ao público em geral. A partir do próximo ano existe uma possibilidade bastante expressiva de ações de educação política ocorrerem na cidade destinadas a jovens do ensino médio de escolas públicas locais.

Ademais, importante salientar que nos últimos meses artigos científicos trouxeram análises sobre as ações aqui desenvolvidas. A edição 25 da Revista da Escola do Parlamento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais trouxe estudo comparativo entre curso de iniciação política realizado na cidade de Suzano por este projeto e ações de educação política na Câmara Municipal de Araraquara. A Konrad Adenauer lançou, no primeiro semestre, mais uma edição de sua revista *Cadernos Adenauer*, publicação acadêmica integralmente destinada, nesse citado volume, às questões da educação política. Tais análises contribuem fortemente para o debate e merece plena atenção para os avanços de nossa democracia.

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, conselheiro e parceiro da KAS em ações de educação política.